

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. SITUAÇÃO ACTUAL DA BANDA LARGA**
- 3. B-ON (BIBLIOTECA DO CONHECIMENTO ONLINE)**
- 4. e-U (CAMPUS VIRTUAIS)**
- 5. BANDA LARGA NAS ESCOLAS**
- 6. REDE FIBRA ÓPTICA NAS UNIVERSIDADES**
- 7. REDES COMUNITÁRIAS DE BANDA LARGA**
- 8. PONTOS BANDA LARGA**
- 9. AS TIC NAS ESCOLAS**
- 10. CIDADES E REGIÕES DIGITAIS**
- 11. REDE SOLIDÁRIA**
- 12. COMPRAS ELECTRÓNICAS**
- 13. PORTAL DO CIDADÃO**

1. INTRODUÇÃO

Actualmente, cerca de 1 em cada 10 utilizadores mundiais de Internet tem acesso em Banda Larga. Novos conteúdos, novos serviços e novas aplicações são introduzidos a todo o momento.

Nenhum outro mercado de bens de consumo registou alguma vez taxas de crescimento tão significativas. Taxas de crescimento que reflectem uma aceleração sem precedentes do processo de transformação da própria sociedade, uma sociedade que se torna cada vez mais global e cada vez mais próxima.

A Banda Larga abre um mundo de novas possibilidades, para o qual a distância física deixou de ser determinante.

A Banda Larga tornou-se um factor chave na mudança das estruturas económicas. Uma Banda Larga acessível a todos é essencial para o crescimento económico, contribuindo decisivamente para o aumento da produtividade e competitividade das economias nacionais.

Uma Banda Larga acessível a todos é ainda essencial enquanto garante de info-inclusão e coesão social e territorial.

O papel fundamental da Banda Larga para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e para a construção de uma Economia baseada no Conhecimento é hoje em dia amplamente reconhecido pelos diferentes Governos.

Estratégias e planos de acção nacionais na área da Banda Larga têm vindo a ser definidos e implementados por todo o mundo.

Em Portugal, o Plano de Acção para a Sociedade da Informação e a Iniciativa Nacional para a Banda Larga consubstancia a forte aposta do Governo Português no desenvolvimento da Banda Larga, enquanto veículo indutor de desenvolvimento económico e social.

Traçam um conjunto de objectivos ambiciosos, que pretendem contribuir não apenas para Portugal superar rapidamente o seu atraso nesta área, mas igualmente para integrar o grupo dos países europeus líderes no cumprimento dos objectivos definidos na Estratégia de Lisboa e no Plano de Acção eEurope 2005.

Criada em 2002, a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC) tem vindo a desenvolver, ao longo dos últimos 2 anos, um vasto conjunto de projectos e iniciativas estruturantes para atingir estes objectivos.

Com efeito, o Estado tem um papel fundamental neste campo, não apenas enquanto catalizador da mudança, mas principalmente enquanto responsável pela criação das condições de base necessárias à concretização dessa mesma mudança por parte dos agentes de mercado.

Passar das palavras à acção implica assumir compromissos claros. Implica assumir um papel activo na prossecução dos objectivos propostos, implica uma participação activa nas iniciativas em curso e em iniciativas futuras. Implica determinação e articulação de esforços.

A Banda Larga é um desafio de todos. É um desafio para todos. Aceitando o desafio, queremos que seja um desafio ganho. Por todos.

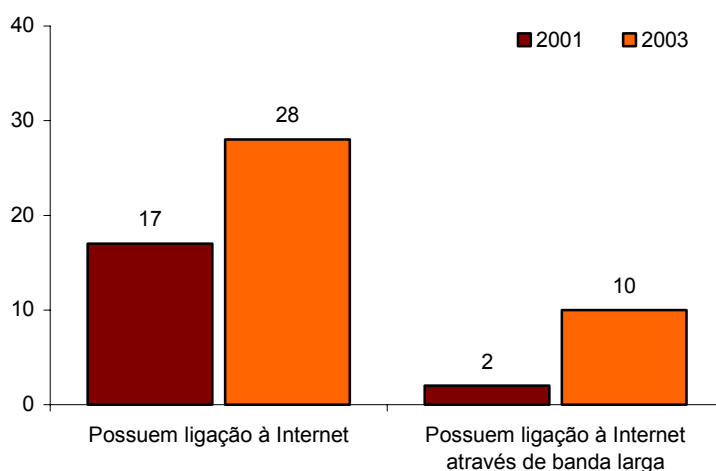
2. A BANDA LARGA EM PORTUGAL: SITUAÇÃO ACTUAL BROADBAND IN PORTUGAL: PRESENT SITUATION

A posse de ligação à Internet e, em particular, a posse de ligação à Internet através de banda larga tem registado, nos últimos anos, um crescimento significativo.

Em 2003, 28% da população portuguesa possuía ligação à Internet no seu agregado familiar, sendo que 10% possuía uma ligação de banda larga, o que corresponde a uma taxa média de crescimento anual de 124% entre 2001 e 2003.

Posse de ligação à Internet e ligação à Internet através de banda larga

2001, 2003, (%) população portuguesa residente no continente



Nota

- Universo de análise: População Portuguesa residente no continente, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

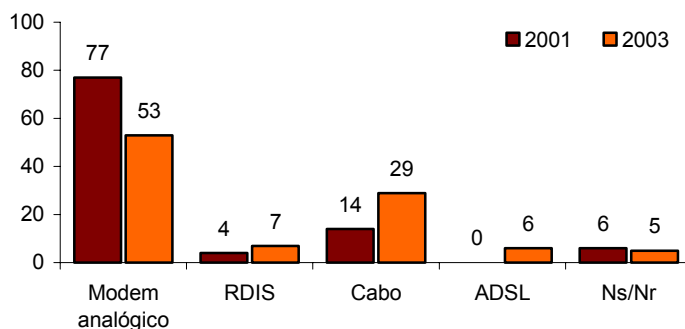
- Banda Larga definida através do modo de ligação – ADSL e Cabo.

Fonte: UMIC, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pela População Portuguesa, 2001 e 2003.

Entre 2001 e 2003, não obstante a ligação através de modem analógico permanecer como o tipo de conexão mais frequente, a mesma tem registado uma forte tendência decrescente (taxa média de crescimento anual de -17%), enquanto que a ligação por Cabo e ADSL registaram uma taxa média de crescimento anual de 44% e 448% respectivamente.

Modalidade de ligação à Internet

2001, 2003, (%) Indivíduos com posse de ligação à Internet nos agregados familiares



Nota

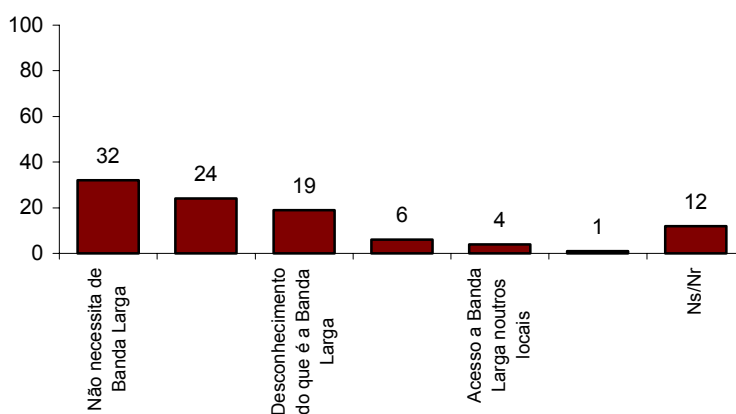
- Universo de análise: População Portuguesa residente no continente, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

- Resposta múltipla (não tem de somar 100%).

Em 2003, 32% da população portuguesa apontava a dispensabilidade desta modalidade de ligação para o tipo de utilização que faz da Internet em sua casa como a principal razão para a não migração para banda larga. 24% dos indivíduos indicou o custo como o principal factor para não possuir uma ligação de banda larga em casa, enquanto 19% declarou desconhecer no que a mesma consiste. 6% da população mencionou a ausência de infra-estruturas de banda larga na zona de residência como motivo principal para a sua não ligação em banda larga. O facto de já aceder à Internet através desta modalidade noutros locais foi apontado por 4%.

Razão principal para não ter e não planear ter ligação à Internet através de banda larga

2003, (%) Indivíduos que possuem ligação ou planeiam ligar-se à Internet por banda estreita



Nota

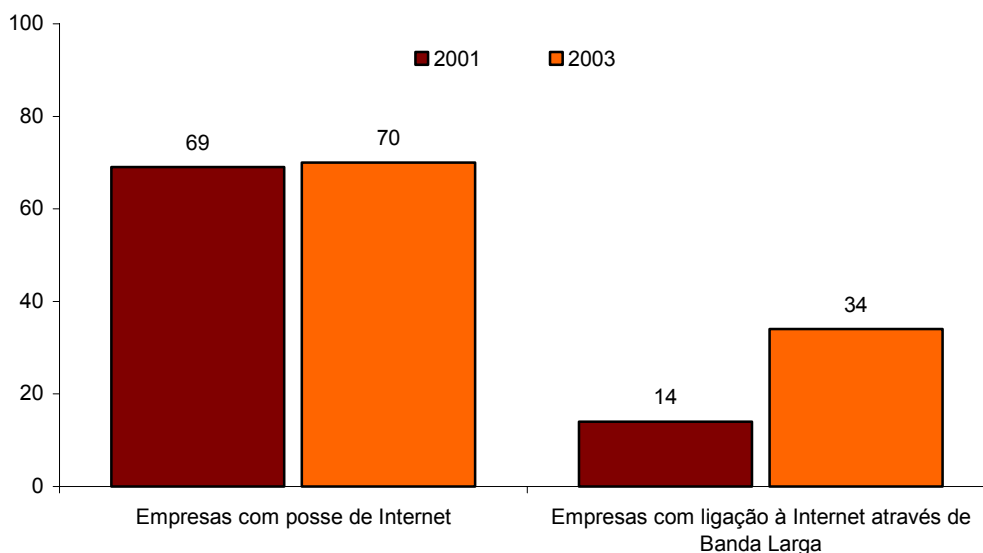
- Universo de análise: População Portuguesa residente no continente, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.
 - Banda Larga definida através do modo de ligação – ADSL e Cabo.
 - Devido ao arredondamento das percentagens para valores absolutos a soma não equivale a 100%.
- Fonte: UMIC, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2003.

2.1. A BANDA LARGA NAS EMPRESAS

Com a generalização da posse de equipamento informático, nomeadamente de computadores pessoais, as empresas têm vindo, cada vez mais, a aplicar os sistemas de informação e de comunicação no desenvolvimento dos seus negócios, investindo em tecnologias e serviços.

Posse de ligação à Internet e ligação à Internet através de banda larga

2001, 2003, (%) de empresas com actividade económica



Nota

- Universo de análise:

2001 - empresas com dez e mais trabalhadores e as secções da CAE Rev. 2: D, G, H (551+522), I, J (apenas 67) e K;

2003 - empresas com 10 e mais trabalhadores e secções da CAE Rev. 2: D, F, G, H (551+552), I, J, K, O (921+922).

- Banda Larga definida através do modo de ligação - ligação sem fios, xDSL, Cabo, Outra Ligação de Banda Larga.

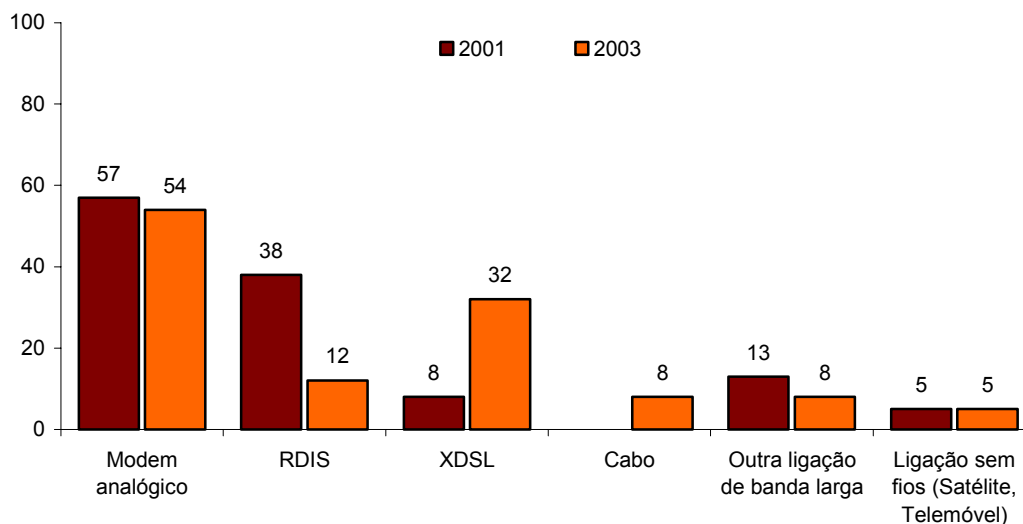
Fonte: INE/OCT, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas, 2001; INE/UMIC, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Empresas, 2003.

Em 2003, 7 em cada 10 empresas possuía ligação à Internet. No mesmo ano, 34% das empresas portuguesas tinha ligação à Internet através de banda larga, o que representa uma taxa média de crescimento anual de aproximadamente 56%.

A difusão da banda larga aparece directamente relacionada com o aumento da oferta e da procura de serviços de Cabo e ADSL, assistindo-se a um decréscimo das ligações à Internet estabelecidas através das tecnologias mais tradicionais e, sobretudo, com velocidades menos rápidas.

Empresas com ligação à Internet, segundo o tipo de ligação

2001, 2003, (%) de empresas com ligação à Internet



Nota

- Universo de análise:

2001 - empresas com dez e mais trabalhadores e as secções da CAE Rev. 2: D, G, H (551+522), I, J (apenas 67) e K;

2003 - empresas com 10 e mais trabalhadores e secções da CAE Rev. 2: D, F, G, H (551+552), I, J, K, O (921+922).

- Em 2001, o inquérito não contemplava as ligações através de "cabo", calculando-se que esta tecnologia fosse considerada como "outras ligações de banda larga", pelo que não é possível apresentar o valor para este ano.

Entre 2001 e 2003, as ligações RDIS registaram uma taxa média de crescimento anual de -44%. Por outro lado, foram as ligações xDSL que mais contribuem para o crescimento da banda larga nas empresas (taxa média de crescimento anual de 100%).

2.2. A BANDA LARGA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

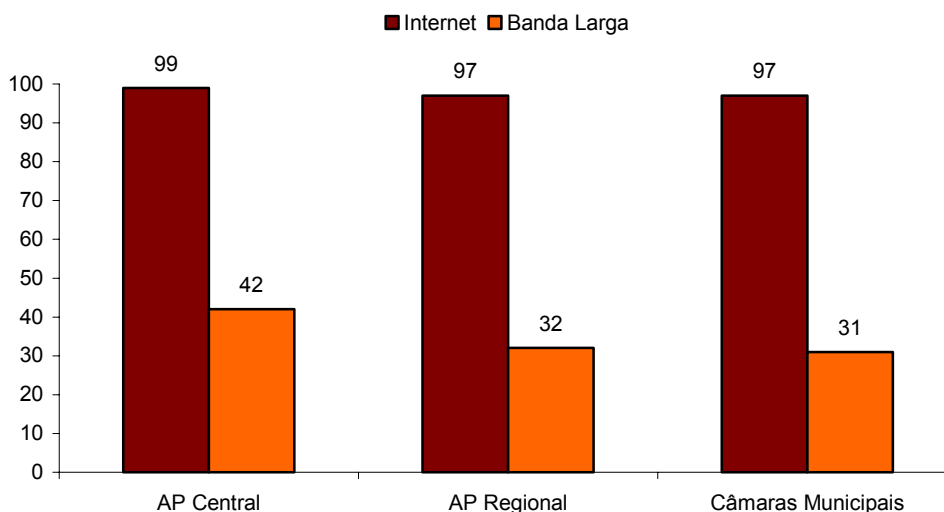
A difusão das tecnologias da informação e da comunicação criou condições para uma nova fase de modernização na Administração Pública nacional.

Em 2003, o acesso a computadores, LAN, e ao correio electrónico é praticamente generalizado nos organismos da Administração Pública Central que, nos últimos anos, tem realizado esforços de modernização bastante significativos.

Todos os organismos da Administração Pública Local e Regional, incluindo todas as Câmaras Municipais, possuem, pelo menos, um computador.

Organismos com ligação à Internet e ligação à Internet através de banda larga

2003, (%) de organismos



Nota

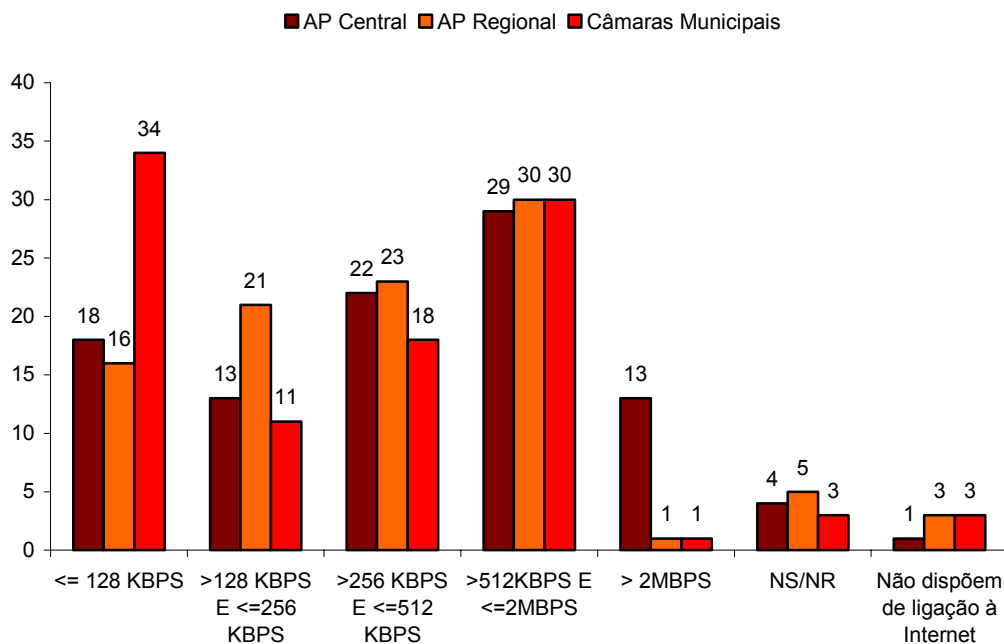
- Banda Larga definida através da velocidade da ligação (velocidade superior a 512Kbps).

Fonte: UMIC/Instituto de Informática do Ministério das Finanças, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Administração Pública Central, 2003; UMIC, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Administração Pública Regional, 2003; UMIC/CIES/UM, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Câmaras Municipais, 2003.

A banda larga assume um papel fundamental no sector público. Das três dimensões da Administração Pública em análise, é a AP Central que se encontra mais desenvolvida no que diz respeito ao acesso à Internet através do sistema de banda larga: 42% dos organismos da AP Central utilizam ligações de banda larga.

Capacidade máxima de débito disponível da ligação à Internet

2003, (%) de organismos



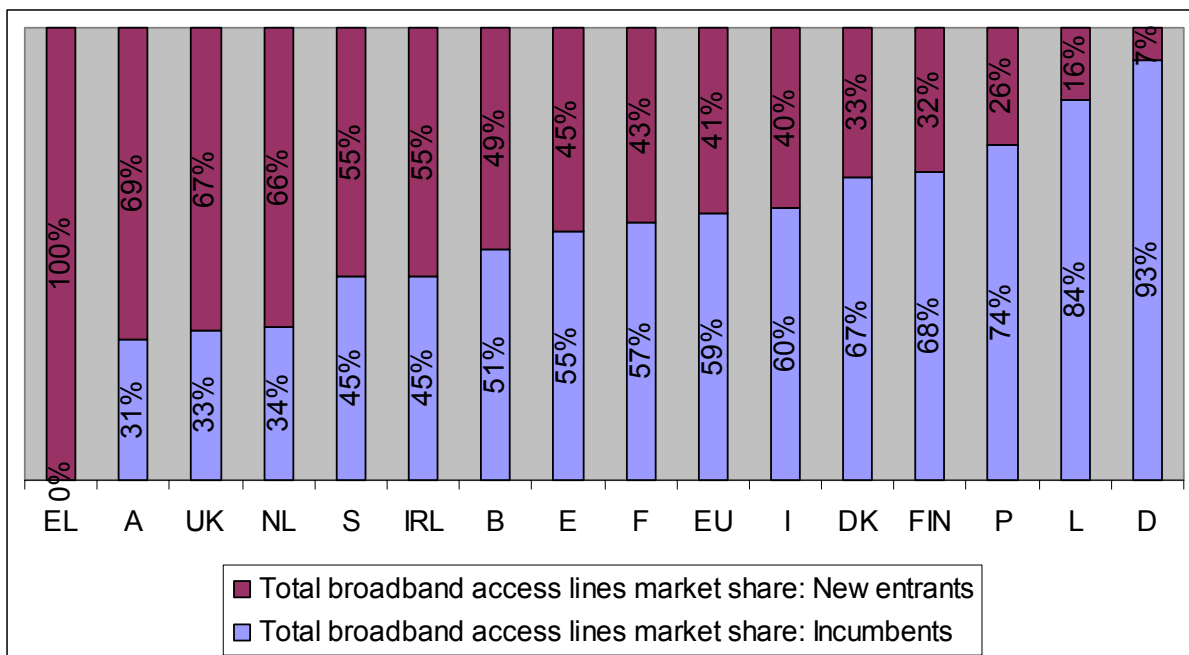
Fonte: UMIC/Instituto de Informática do Ministério das Finanças, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Administração Pública Central, 2003; UMIC, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Administração Pública Regional, 2003; UMIC/CIES/UM, Inquérito à Utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação nas Câmaras Municipais, 2003.

A velocidade de transmissão mais utilizada pela Administração Pública situa-se entre os 512 Kbps e os 2Mbps (com excepção das Câmaras Municipais que utilizam com maior frequência uma ligação de velocidade igual ou inferior a 128 Kbps).

64% dos organismos da AP Central e 54% dos organismos da AP Regional utilizam serviços de acesso com uma velocidade de ligação superior a 256Kbps. É ainda de salientar que 13% dos organismos da Administração Pública Central dispõem já de uma ligação à Internet com velocidade superior a 2 Mbps.

2.3. A ESTRUTURA DO MERCADO DA BANDA LARGA

Tal como na maioria dos restantes países europeus, em Portugal o operador histórico é o líder do mercado dos serviços de acesso à Internet em banda larga. Segundo dados da Comissão Europeia, em 2003, a Portugal Telecom detinha uma quota de cerca de 74% do mercado nacional (incluindo acessos Cabo e xDSL).

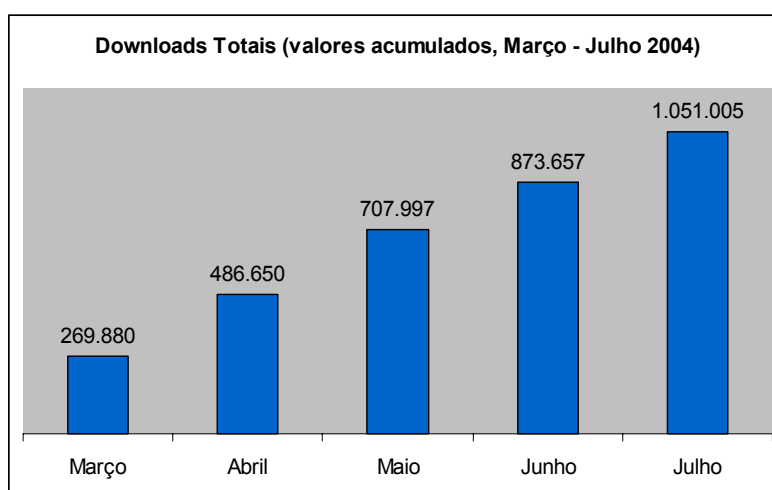


Fonte: 9th Implementation Report, European Comission, 2003

3. B-ON

Esta iniciativa tem como objectivo possibilitar o acesso electrónico às principais fontes de conhecimento por parte da comunidade científica e académica nacional.

Lançada em Abril de 2004, a b-on permite o acesso online integral (texto completo) a mais de 3500 publicações electrónicas de seis editoras de referência internacional (Wiley, Elsevier, Sage, Kluwer, Springer e IEEE), nas principais áreas de investigação científica e académica.



Para 2005, está previsto o alargamento dos conteúdos disponíveis, esperando-se que o portal da b-on (www.b-on.pt) possibilite a pesquisa, em texto integral, de teses de mestrado e de doutoramento e outros conteúdos nacionais. Incluirá também um número muito substancial de conteúdos de outras editoras e bases de dados internacionais, ainda não disponibilizadas em 2004.

4. e-U

A e-U (www.e-u.pt), é uma iniciativa integrada dirigida a estudantes e professores do Ensino Superior, que envolve Serviços, Conteúdos, Aplicações e Rede de Comunicações Móveis (dentro e fora da Universidade).

Através desta rede sem fios, com mais de 5 000 access points (a maior rede wireless académica do mundo), será possível aos utilizadores e-U aceder a aulas, artigos, trabalhos, notas, serviços, Internet e muito mais. O acesso e-U estará disponível a partir de qualquer instituição de ensino superior do país, com total mobilidade nacional entre instituições.

Esta iniciativa pressupõe igualmente a partilha de conteúdos e serviços entre universidades.

Actualmente estão já em fase final de implementação mais de 40 projectos e-U, num total de 76 projectos, que abrangem cerca de 99% da população académica nacional. A finalização da instalação da rede wireless está prevista para o primeiro trimestre de 2005.

5. Escolas em Banda Larga

Esta iniciativa tem como objectivo disponibilizar, até final de 2005, acesso à Internet em Banda Larga a todas as escolas públicas do ensino básico e secundário.

Em Fevereiro de 2004, foi lançado um concurso público internacional para o fornecimento de serviços de voz e de acesso à Internet em banda larga a um universo de cerca de 9.000 escolas, englobando todas as escolas públicas do ensino básico e secundário. Os acessos banda larga estão, neste momento, a ser instalados nas escolas abrangidas pelo concurso.

Trata-se do primeiro exemplo nacional, em larga escala, de um projecto de agregação de procura pública na área das telecomunicações, tendo permitido a obtenção de significativas poupanças pelo reforço da posição negocial do Estado enquanto cliente deste tipo de serviços. Adicionalmente, o formato definido para o concurso (regionalizado, com taxas de cobertura mínima por região) assegurou efectivas condições de concorrência, essenciais ao crescimento sustentado do mercado nacional de telecomunicações.

6. REDE ACADÉMICA

Foi ainda lançado um concurso público internacional para a aquisição de um cabo de fibra óptica que ligará os pólos de Lisboa, Coimbra, Aveiro, Porto e Braga (cerca de 70% da comunidade académica e científica nacional). A instalação da rede estará concluída até ao final de Dezembro de 2004, garantindo capacidades de transmissão entre as cidades de 10 Gbps e acessos locais nas entidades utilizadoras de 2 Gbps.

Prevê-se a sua posterior expansão para as restantes instituições de ensino superior num futuro próximo, onde as necessidades de largura de banda justifiquem tal infra-estrutura.

O objectivo central deste projecto é garantir que a nova rede (www.fccn.pt) seja capaz de responder aos requisitos avançados de comunicação e de projectos de investigação da comunidade académica e científica nacional. Este projecto colocará a rede académica nacional a par das mais avançadas da Europa.

Em Janeiro de 2004 foi reforçada a ligação da RCTS à rede GÉANT (www.geant.net), duplicando a largura de banda na ligação a Espanha, Madrid, e assegurando redundância via Reino Unido, Londres.

7. REDES COMUNITÁRIAS

Esta iniciativa, em fase de lançamento, pretende estimular a criação de infra-estruturas de Banda Larga em concelhos desfavorecidos, seja através de investimento público directo, seja através da partilha de infra-estruturas de domínio público e do estabelecimento de parcerias publico-privadas com agentes do mercado.

Incluído num vasto movimento de iniciativas semelhantes actualmente em curso em vários países europeus, pretende contribuir para o desenvolvimento económico e social das regiões actualmente info-excluídas. Para além de reforçar o potencial de captação de investimento das regiões abrangidas, a disponibilização de acesso em Banda Larga, a preços atractivos, à generalidade da população torna-se ainda um instrumento essencial para o aumento da coesão social e territorial.

O acesso às infra-estruturas desenvolvidas será aberto a todos os operadores e prestadores de serviços em condições atractivas e não discriminatórias, em resultado da intervenção do Estado.

8. PONTOS DE ACESSO PÚBLICO À INTERNET

Esta iniciativa tem como objectivo garantir a existência, até 2005, de 16 Pontos Públicos de Acesso à Internet por 100.000 habitantes.

Assenta no apoio contínuo a projectos de criação de pontos de acesso à Internet Banda Larga (Salas de PCs, Quiosques, Racks, Hotspots) em espaços públicos, tais como: museus, bibliotecas públicas, ludotecas, arquivos municipais, estações de caminhos de ferro, pousadas da juventude, etc.

Esta iniciativa integra ainda o desenvolvimento de campanhas periódicas de recenseamento de todos os pontos públicos de acesso à Internet disponíveis no país, complementadas pela publicação de um guia onde são colocados, organizados por Localidade, os detalhes correspondentes a cada um dos pontos de acesso à internet.

9. AS TIC NAS ESCOLAS

Esta iniciativa tem como objectivo introduzir as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) junto dos mais novos, possibilitando a familiarização com as TIC de forma natural e intuitiva.

Actualmente em fase de implementação, esta iniciativa prevê:

- a colocação de um computador multimédia e respectivo software educativo em cada escola do ensino pré-escolar de tutela Municipal até ao fim de 2005 (candidaturas em curso);
- a colocação de um computador multimédia e respectivo software educativo em cada sala de aula das escolas do 1º ciclo do ensino básico até ao fim de 2005 (em curso);
- equipar com PCs multimedia todas as cerca de 1.000 salas de aula vocacionadas para o ensino de TICs a nível nacional (concluído)

Este ano lectivo (2003/2004), mais de 180 mil alunos terão aulas da novadisciplina obrigatória de TIC, no 9º e 10º anos.

10. CIDADES E REGIÕES DIGITAIS

Esta iniciativa tem como objectivo apoiar projectos descentralizados na área da Sociedade da Informação e Governo Electrónico, actuando como um instrumento de inovação e coesão territorial.

As “Cidades e Regiões Digitais” generalizam um novo conceito de relacionamento entre o cidadão, as entidades públicas e privadas da região e a administração pública local, introduzindo as tecnologias da informação e comunicação como elementos facilitadores e aceleradores da criação e difusão de conhecimento numa dada região.

Estes projectos são estruturados em torno de 4 dimensões:

- Dinamização Regional (conteúdos e serviços)
- Governo Electrónico Local em Banda Larga
- Acessibilidades (pontos públicos de acesso)
- Infra-estruturas (plataformas de suporte aos serviços e conteúdos disponibilizados)

11. REDE SOLIDÁRIA

A Rede Solidária, visa disponibilizar a pessoas com deficiência, idosos e população em risco de exclusão, através das organizações nacionais que os representam, o acesso à Internet em Banda Larga.

Esta iniciativa tem como objectivos:

- a. dar visibilidade na Internet às organizações de e para pessoas com necessidades especiais;
- b. desenvolver os serviços on-line para públicos específicos e a produção de conteúdos acessíveis a públicos especiais;
- c. divulgar as vantagens do uso da rede Internet no processo de inclusão social;
- d. incentivar a criação de pontos de acesso à Internet em banda larga para população com necessidades especiais, assim como de acções de formação em TIC;

12. PROGRAMA NACIONAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS

O Programa Nacional de Compras Electrónicas é composto por um conjunto de projectos transversais a toda a administração pública, que visa melhorar a forma como o Estado compra, tendo como principais objectivos:

- i) realizar poupanças estruturais significativas;
- ii) promover a transparência no processo aquisitivo público;
- iii) facilitar o acesso das PME's ao mercado público;
- iv) estimular o desenvolvimento do comércio electrónico na economia portuguesa.

Actualmente estão em curso 25 projectos interdependentes.

No conjunto dos 6 projectos piloto ministeriais já desenvolvidos registou-se um nível de poupança média de 27% (sendo que, em alguns casos, a poupança atingiu 67%).

Prevê-se a implementação da Unidade Nacional de Compras, entidade responsável pela visão estratégica, liderança e controlo do sistema de aprovisionamento público. Um dos principais projectos de suporte a esta unidade será o Registo Nacional de Fornecedores, um repositório central de fornecedores da Administração Pública.

13. PORTAL DO CIDADÃO

Esta iniciativa tem por objectivo a criação e desenvolvimento de um portal que congregue os serviços prestados pela Administração Central e por outras entidades ou empresas prestadoras de serviços de cariz público, quer ao cidadão individual quer a empresas.

Lançada no primeiro trimestre de 2004, a primeira fase do Portal do Cidadão (www.portaldocidadao.pt) incorpora cerca de 118 prestadores de serviços, disponibilizando actualmente mais de 700 serviços: 50% informativos, 30% interactivos e 20% transaccionais.

Três meses após o seu lançamento, o Portal tinha recebido cerca de 265 000 visitantes únicos, com uma média de duração de visita entre os 15 e os 30 minutos. Tinham sido realizados mais de 17 000 downloads do ficheiro de alteração de morada.

Actualmente, esta iniciativa entrou já na sua segunda fase, correspondente à reformulação dos principais processos de retaguarda necessários à total disponibilização de serviços através do portal. Esta fase integra ainda a definição do correspondente sistema de autenticação e a publicação do framework de interoperabilidade para a Administração Pública, em fase de desenvolvimento.